



DOI: 10.12957/transversos.2024.88543

TODAS NARRATIVAS CONTADAS SOBRE NÓS, DEVEM SER RECONTADAS? HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA

SHOULD ALL NARRATIVES TOLD ABOUT US BE RETOLD? PUBLIC HISTORY AND HISTORY TEACHING

Edson Silva de Lima

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / FFP

edsonhistoriauerj@gmail.com

Resumo:

A história pública tem se mostrado uma excelente aliada para que outras histórias venham à tona, não porque as tornam públicas apenas, mas por nos provocar ao exercício de uma reescrita, se quiser, uma outra escrita da história. Este estímulo é um desafio para nós, historiadores profissionais, isto porque, ainda, somos submetidos a convenções e a estruturas de apresentação e pensamento científico oitocentista e suas diretrizes científicas. Procuramos neste ensaio enfrentar uma discussão quanto a possibilidade da história pública ser geradora de acordos sobre critérios de sentido histórico. Atentamos, também, para o papel da consciência histórica enquanto investimento de uma atividade mental inclinada à interpretação do passado/presente. Por fim, investimos em uma reflexão sobre o ensino de história como orientação prática a partir da consciência histórica para a história pública.

Palavras-chave: História pública; Consciência histórica; Ensino de História.

Introdução

A história pública tem uma história particularmente atrelada a muitas variantes que a nós não caberia desenhar. Há uma gama ampla de especialistas que o fazem com muito mais propriedade do que poderíamos fazer aqui. Cabendo apenas dizer algumas palavras situadas

Abstrac:

Public history has proven to be an excellent ally in bringing other stories to light—not merely by making them public, but by provoking us to engage in the exercise of rewriting, or perhaps crafting, another narrative of history. This stimulus presents a challenge for us, professional historians, as we remain bound by conventions and structures of scientific presentation and thought rooted in 19th-century scientism and its guidelines. In this essay, we aim to address the possibility of public history serving as a foundation for agreements on criteria for historical meaning. We also focus on the role of historical consciousness as an investment in a mental activity oriented toward interpreting the past and present. Lastly, we reflect on history teaching as a practical orientation derived from historical consciousness for public history.

Keywords: Public history; Historical consciousness; History teaching.

para que o leitor nos acompanhe no desafio da escriticidade que faremos daqui em diante. O berço de algum campo de pesquisa é, quase sempre, um recurso retórico temporal para determinar quais são seus progenitores, para a história pública não seria diferente. Nos Estados Unidos da América, a história pública nasceu sob a constatação de referir-se “ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia (...)”, isto é, “Historiadores públicos estão a trabalho sempre que, dentro de suas qualificações profissionais, são parte do processo público” (Liddington, 2011, p.34).

No Brasil a história pública não se limitou ou se encerrou a tecnificação das práticas historiadoras, mas possibilitou uma reflexão interna ao fazer historiográfico. Permitiu, também, repensar as metodologias de pesquisa histórica que dispõem de contar a história dos subalternos e dos excluídos, os usos da história oral, bem como, possibilitou ampliar junto ao campo do ensino de história, outras maneiras de mobilização da cultura histórica, bem como, “novas” formas de pensar a didática da história atrelada em tal grau aos processos de ensino e aprendizagem de conteúdos que não sejam puramente eurocêntricos ou, ainda, a história única, para nos referirmos ao termo da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019).

A afirmação de Jill Liddington é bastante assertiva, quando diz que: “a história pública é um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a todas as formas de história popular” (Liddington, 2011, p.37). Chama atenção o modo como os historiadores brasileiros ressignificaram a maneira profissionalizante de língua inglesa, a exemplo dos EUA, Austrália e Inglaterra, que focaram, a vista de suas especificidades, em atender a “invenção” de uma demanda de profissionais de história para outros campos que não o educacional e o acadêmico (pesquisa científica).

Esta relação de apropriação e mobilização da história pública nem sempre foi tão acolhedora, segundo Ricardo Santhiago, havia uma dose de precaução e entusiasmo (Santhiago, 2016, p.23). Essa confusão de sentimentos em relação à história pública, se tornava uma querela entre identificação profissional e um movimento historiográfico. Alguns correligionários da causa da história pública, afirmaram que a sua feitura não era novidade, nem mesmo para os historiadores profissionais, embora não a denominassem desta maneira; por este motivo, é possível identificar “na história das instituições, na história feita a partir de arquivos públicos e, a maneira como o público leigo compreende a história” (Santhiago, 2016, p.23) muitas manifestações da história pública.

Para Santhiago, a querela não se encerra mais nesta determinação dos espaços de fabricação desta história, mas é da ordem da identificação, das controvérsias e das aproximações e distanciamentos dela provenientes. Ao que parece, no entanto, o quadro ainda é bastante otimista quanto às possibilidades abertas pela história pública, sobretudo quando se refere a sua potência para interdisciplinaridade. Em sua confiança contagiante, talvez, por ser um historiador que mobiliza a história oral, Ricardo Santhiago testifica que “(...) está instalado um espaço de diálogo vigoroso e interdisciplinar - entronizado no campo da História, mas ramificado para outras áreas, como Educação, as Comunicações, os estudos do Patrimônio (Santhiago, 2016, p.24). Em relação a esta posição, Juniele Rabêlo de Almeida declarou que “as práticas de história pública são evidenciadas nas interpretações dialógicas do conhecimento histórico” (Almeida, 2016, p.47).

É neste ponto da discussão que nosso ensaio manifestará suas questões e desenvolvimentos. Ficar atento a esta “nova onda” de pesquisa, análise e escrita da história (operação historiográfica), é fundamental para que as hierarquizações entre os conceitos que mobilizaremos, com todo cuidado necessário, não estejam dispostos verticalmente, mas que estejam dispostos a deslocar a história para emergência de ampliação de seu lugar de fala (Almeida, 2016, p.121). Em síntese, estamos inclinados a afiançar a afirmação de Marialva Barbosa, quando manifestou que “numa perspectiva mais complexa, a história pública deve ser vista como a possibilidade de considerar as produções sobre o passado do público como história, isto é, ampliando o conceito em direção a percepção de história como consciência histórica” (Barbosa, 2016, p.121).

Nosso ensaio, portanto, não propõe uma definição fixa da história pública, mas a partir dos princípios que evitam hierarquizações, promover uma perspectiva mais expansiva. A ideia é deslocar o enfoque historiográfico recrudescido pela cientificidade para ampliar a diversidade de vozes e interpretações. Se a história pública deve considerar as produções populares sobre o passado como parte legítima da narrativa histórica e historiográfica, há nela uma pré-disposição para geração de acordos (autoridade compartilhada) sobre critérios de sentido histórico (consciência histórica), que será fundamental na formação de sujeitos no ensino de história.

1. História Pública - vocação para pluralidade

Em termos gerais, como já dissemos, podemos afirmar que a história pública nasce como uma tentativa de solucionar problemas relativos à profissão da história. Seu desafio era procurar campos de atuação que não se limitassem à educação e à pesquisa acadêmica. Não farei uma exposição longa quanto a este nascedouro; apenas dizer que ela tem no mundo de língua inglesa, mas especificamente, EUA, Inglaterra e Austrália seus maiores entusiastas. No Brasil, no entanto, ela sofreu uma “mutação”, clássico de nossa tradição antropofágica que não emula as tradições, mas as subvertem e, muitas vezes, as reinventam. Não foi diferente com a história pública, ela não apareceu como uma tentativa de ampliação do mercado de trabalho e nem como reserva de mercado para historiador (caso norte-americano), inclusive, porque no horizonte contemporâneo, não haveria tamanha demanda por este profissional. É preciso salientar, que enquanto professores de história somos desvalorizados e perseguidos e, enquanto historiadores, somos esquecidos, estigmatizados e, algumas vezes, apagados dos quadros profissionais do mercado e das listas de profissões.

Em vista disso, queremos dizer que entendemos a história pública como nossa capacidade de “pensar a dimensão pública do conhecimento histórico”, como uma forma de, nós historiadores, “refletirmos a respeito do seu [nosso] próprio tempo, sobre a prática historiadora e as implicações de seu métier no mundo social” (Mauad et. al, 2018, p.16). Nos identificamos com esta definição que, embora não seja preciso reafirmar o lugar de importância da pesquisa, pois sem ela, a pesquisa, não é possível falar em conhecimento histórico e, por conseguinte, em ciência histórica, cabendo apenas dizer que

o fato da história pública incluir em seu abrigo experiências de pesquisa e de narrativas há muito produzidas pelo público não acadêmico, assim como de defender a ideia de uma autoridade e produção compartilhada entre seus praticantes, abre uma discussão importante sobre os procedimentos, as linguagens e os próprios limites da história acadêmica (Rodrigues, 2018, p.279).

O que estaria em jogo na história pública seria sua vocação para pluralidade. Tendo em vista o papel fundamental do conceito de público, e não iremos desenvolvê-lo, aqui, apenas apontar junto a Renata Schittino que nele há uma forma de compartilhamento, que retira do historiador sua suposta posição de juiz do passado. Em contrapartida, ele seria agora um

importante ator com “a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo” (Schittino, 2026, p.45).

Nos questionamos se a ela estaria atrelada uma forma contemporânea de escrita que, embora não se distancie completamente das convenções profissionais da escrita da história, endossaria outra maneira de expressá-la, uma forma preocupada, sim, com a aproximação com o público, se quiser, com o leitor. Ao que parece se observarmos de perto esta outra escrita, os historiadores acadêmicos ainda têm dificuldades de produzi-la, seja pelos vícios de linguagem, próprios dos léxicos da profissão, seja pelo afastamento da história da forma literária.

Não entraremos com profundidade neste afastamento, acentuamos, no entanto, que ao se filiar com mais ênfase a *res factae*, a história se fez responsável em relação a narrar os fatos como eles realmente aconteceram, isto é, de estar submetida ao paradigma da verdade. Evidentemente, não advogamos pelos excessos do relativismo narrativista, apenas acentuamos que o distanciamento em relação a *res fictae* corresponderia a fincar no terreno da verdade sua matriz epistemológica mais frágil. Neste sentido, pactuamos, de certa forma, com a afirmação de Hans Robert Jauss, quando afirmou que:

o historiador não pode mais buscar o ideal de um realismo histórico ingênuo e acreditar que só precisa evitar qualquer contato com a ficção (*Fiktionalisierung*) com a exposição do *res factae*, buscando alcançar – nas palavras de Ranke – “a inteligência que é o objetivo dos grandes fatos (Jauss, 2021[1984], p.238).

Esta constatação jaussiana é muito importante para o que estamos discutindo. Este movimento pendular da escrita da história entre ficção (imaginação) e o fato (fenômeno) pode nos ajudar a compreender a inteligência criativa para escrita que investe em características que estavam na esteira do sofisma, pelo menos em sua dimensão considerada positiva, ou seja, no privilégio da experiência humana - a vida prática como contraponto a questões metafísicas ou abstratas; e na contestação como debate - o apetite pela controvérsia, pela querela, pelo desafio às ideias estabelecidas.

Dessa maneira, podemos perceber que a escrita da história pública está tão preocupada em expor a escrita da história profissional acadêmica a uma forma palatável de exposição, que acaba por flertar com estas duas dimensões descritas acima. Mas isto não é uma crítica, pelo contrário, é uma testificação. A história pública quer estar avizinhada a história prática. Hayden

White nos mostrou que houve um equívoco funesto que produziu no conhecimento histórico uma fratura que ainda está em processo de cicatrização, i.e. na tentativa de se distanciar da *res fictae* lançou-se a retórica (incitação à ação) (WHITE, 2018, p.14) no ostracismo, favorecendo um modelo narrativo sem vida em movimento. Segundo White, o passado prático (história prática) é

composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou grupo convocam da melhor maneira possível para justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida (WHITE, 2018, p.16).

A história pública buscaria, neste sentido, uma escrita da história que fizesse do sujeito, ativo em sua própria narrativa, daí sua afinidade com a história oral, com a história vista de baixo e, mais recentemente, com os estudos subalternos. O desafio da pluralidade se torna, portanto, a primazia de sua autocrítica. As muitas vozes que permeiam, sombreiam ou estão subterrâneas se tornam o mote fundamental da forma da escrita da história pública. Há, aqui, uma preocupação semiológica, em que os processos de comunicação são centrais para interlocução entre história e vida prática. A autocrítica é, assim, a necessidade que ela, a história pública, tem de no processo de escrita e reescrita, de pensar e repensar a maneira adequada de comunicação e exposição das histórias vivas.

Com base nisso, podemos assegurar em conformidade com Michael Frisch (2016) que “a história pública não é uma via de mão única” (Frisch, 2016, p.57). Considerando esta afirmação, nos perguntamos, o que a história pública nos faz ver? Como pode afetar os sujeitos produtores e sua recepção? Não sabemos se seremos capazes de responder a estas questões, mas acentuamos que a história pública desliza dos dedos de seus produtores, ela faz ver a fragilidade da autoridade historiadora como único apto a mobilizar e a manusear as ferramentas necessárias à feitura da escrita da história.

Ainda, segundo Frisch, a história pública é capaz de transcender “as restrições dicotômicas como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto” (Frisch, 2016, p.60). Esta indicação nos leva a compreender que ela exige, destarte, a autoridade compartilhada. Estranhamente, em nosso ofício, esta forma de autoridade pode ser vista como

uma ameaça; mas não somos nós, uma ciência carente de conceitos (Schorske, 1988) que se sustenta conceitualmente parasitária de outros campos do conhecimento humano (ciências auxiliares) para dar conta de problemas que a nós são fundamentais? Por que ainda nos colocamos neste lugar rígido, no campo das humanidades, como se fossemos autônomos em relação aos outros campos? Seria esta uma herança das ciências da natureza que alcançaram o patamar de uma linguagem conceitual independente, embora, frágil metaforicamente?

Resumidamente, a autoridade compartilhada diz respeito a aproximação entre experiência e *expertise*, nas palavras de Michael Frisch “[...] nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (Frisch, 2016, p. 62). Esta afirmação é indispensável para compreensão da vocação para pluralidade da história pública, isto é, a autoridade compartilhada é a ponte que permite o atravessando do abismo entre a torre de marfim e o mundo real. É nela que o diálogo deixa de ser unilateral e hierarquizado. Ela nos faz ver, portanto, as condições essenciais da invenção do cotidiano, ou melhor, parafraseando Michel De Certeau (2002), ela mobiliza o cotidiano, para além de sua manifestação das práticas contiguamente estabelecidas; ela atenta para o movimento dos indivíduos na dinâmica da vida em coletivo que possibilita o exercício da criatividade, dos modos de agir e sentir em contextos particulares. A autoridade compartilhada, por consequência, está alinhada à vida em movimento, ao escrever a vida e é, portanto, pré-requisito do investimento em estar imerso nela.

2. Consciência histórica e história pública

Nossa capacidade de compreensão sobre as coisas do mundo tem sido desafiada todos os dias. Não apenas por estarmos imersos em um processo contínuo de captação de dados, isto é, imagens, linguagens, rituais e leis; em todas as coisas e práticas que objetivam o espírito de uma cultura, mas por produzirmos contrassenso que estimulam a possibilidade de no enfrentamento dessas matrizes socioculturais sermos, também, seus fornecedores.

Em outras palavras, criamos e reinventamos comportamentos sociais, se quiser, coletivos, de modo deliberativo, muitas vezes contraditórios. Isto decorre de estarmos em um estado de questionamento constante das estruturas socioculturais, ainda que sejamos seus

produtores, fornecedores e, em alguns casos, seus apoiadores. Parece nebuloso o que estamos dizendo, quando na verdade não é. Estamos apenas afirmando que dispomos e produzimos ferramentas de compreensão das complexidades do mundo contemporâneo. É nele que estamos imersos em dados culturais, no mesmo instante em que somos desafiados por suas estruturas de repressão a reforçá-los ainda que os contradizendo. O óbvio é invisível aos olhos.

Ao dizer isso, apontamos para uma reflexão sobre a maneira como a história pública em sua vocação para multiplicidade pode, antes de mais nada, nos ajudar a entender quais são os postulados necessários ao seu discernimento, isto é, que aberturas são necessárias para que a percepção não seja um mero desdobramento da consciência, mas que seja, sobretudo, um rearranjo das formas de representação da consciência adjetivada como histórica. De forma concisa, podemos dizer que a história pública não é uníssona; sob seu guarda chuva estão diversas vozes, interpretações e visões de mundo.

Neste sentido, é preciso olhar para além da superfície, espicaçando os princípios básicos de uma possível forma única de escrever a história, ou seja, precisamos reestruturar a forma da consciência histórica que se dá a representar. Para Sara Albieri a consciência histórica: “designa o modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem” (Albieri, 2011, p.25), consequentemente, nossa percepção da história sofre com fragmentações que são determinadas pela suposta fixação da consciência individual. O reduto incomum, quase facultativo, a esta determinação é a abertura à mudança e a possibilidade de variabilidade de representações; afinal de contas a reflexão sobre a história pública, a partir de sua diversidade de perspectivas, deve levar em consideração a natureza própria da consciência histórica; não como pura cognição, como um instrumento mental pactuado, mas enquanto abertura e flexibilidade na forma do entendimento e da representação do passado que nos atravessa em movimento.

Jörn Rüsen define a consciência histórica da seguinte maneira, ela é:

a atividade mental da interpretação do passado para compreender o presente e esperar o futuro. Assim, combina o passado, presente e futuro de acordo com a ideia sobre o que trata a mudança temporal. Sintetiza as experiências do passado com os critérios de sentido que são eficazes na vida prática contemporânea e nas perspectivas de orientação de ação em direção ao futuro (Rüsen, 2015, p.23).

A consciência histórica como um conjunto de operações da consciência (emocional, cognitiva e pragmática) nos ajuda a apreender os processos constitutivos de organização do que pode ser compreendido como a dimensão intramedular da vida prática. Ela se alia, portanto, as categorias formais da experiência histórica: experiência do passado e expectativas do futuro (Rüsen) ou horizonte de expectativas e espaços de experiência (Koselleck). Estas categorias se alinham à experiência temporal na tentativa de elaborar um nexo entre a comunicação social e a autocompreensão. Isto decorreria da capacidade humana de aprender e refletir sobre si, orientadas para uma experiência da mudança, da temporalidade e de sua historicidade, uma autoconsciência que permeia, sobretudo, a vida carregada de representações, de modos de ver e de sentir.

A definição de Rüsen admite, portanto, a importância do tratamento temporal que seja, antes de mais nada, abrangente, colocando passado, presente e futuro em uma condição de interação compartilhada, ou seja, estas dimensões temporais não podem ser isoladas de suas confrarias sociais, culturais e políticas, marcas que podem, de alguma maneira, determinar nossa interpretação sobre o passado em uma atividade que congratula cognição e sensibilidade. Em outras palavras,

é preciso então desenvolver as artes do intérprete para ler, nas marcas da ação humana sobre o mundo físico, os sinais simbólicos das intenções do espírito, dos projetos que recriam a cada vez a ordem das coisas, reinventando o passado e visando sempre o futuro (Albieri, 2011, p.26).

Ao fim e ao cabo, não deixa de ser um exercício de síntese que relaciona experiências passadas com uma disposição para expectativas contemporâneas que permitem um certo grau de orientação das ações futuras. Não se trata de aprender com o passado, mas de torná-lo central para que seja possível a organização da relação indivíduo e sociedades, uma forma de construir coletivamente sentidos que podemos atribuir ao passado, ao presente e ao futuro; endossando nossa capacidade de interpretar criticamente fenômenos historicamente situados no interior de um quadro de referencialidade enquanto heranças históricas que se dão pela manifestação cultural da consciência histórica (Albieri, 2011).

Rüsen tem a sua maneira de classificar os diferentes tipos de consciência histórica que se apresentam de forma tradicional, enquanto orientação temporal do passado para ações no presente, passando pelas formas críticas e genéticas, que permitem um reconhecimento dos processos dinâmicos e reflexivos do conhecimento histórico (Rüsen apud Barca, 2010). Não pretendemos desenvolver esta taxonomia, apenas atentar para a forma diversificada da consciência histórica como “algo que condicionaria o modo próprio do homem de estar no mundo, anterior e mais fundamentalmente que a formação de conhecimentos históricos específicos” (Albieri, 2011, p.26).

Dito isto, é possível aferir que a maneira mesma de orquestrar as ações humanas em um processo de organização lógica e autorreferencial, é a sua narratividade. A narrativa histórica é fundamental no processo de construção de nossa identidade, da consciência do tempo e, por conseguinte, das formas de mediação entre o passado e as atribuições do presente. Devemos entender as narrativas históricas em sua pluralidade, pois é em sua diversidade que se encontra a emergência de “diferentes culturas segundo um princípio universal dado na condição humana” (Albieri, 2011, p.27). Uma afirmação que nos levaria ao debate do que Jorn Rusen tem chamado de novo humanismo, o humanismo intercultural com bases fincadas nos direitos humanos, mas esta é outra conversa. Destacamos apenas, conforme Sara Albieri, que “o recurso à noção de consciência histórica permite fundamentar filosoficamente a passagem da história acadêmica para história pública” (Albieri, 2011, p.27) desde que estejamos atentos às suas muitas formas de representação narrativa.

As narrativas históricas têm um papel fundamental neste processo de passagem, sobretudo, por não ser mais fiel a um único senhor, é possível o desenvolvimento de outras formas narrativas que privilegiam, por exemplo, a capacidade inventiva e criativa do leitor sem com isso torná-la sumariamente um artefato estrito do literário; mas que nas variedades de fontes utilizadas em sua confecção, promova uma diversidade de perspectivas discursivas, introduzindo uma ação de interlocução entre contextos diferentes das diferentes camadas sociais em suas realidades distintas.

Nesse sentido, a história pública pode aparecer como um instrumento de engajamento sociopolítico e, por consequência, produzir efeitos de compreensão coletiva do passado. Ela conecta, enquanto forma narrativa produtora de sentido, o passado e o presente, resgatando sua dimensão inclusiva e participativa. Auxiliando os indivíduos na formação de uma consciência

histórica acurada que os permitam responder às demandas do mundo contemporâneo resgatando a si mesmo dos moldes deterministas atinados por modelos hegemônicos de leitura do mundo.

Além disso, a relação entre história pública e consciência histórica é fundamental para o ensino de história. Ao estimular o interesse pelo passado, a história pública contribui para formação de uma consciência histórica crítica, socialmente responsável e que endossa o letramento histórico na sociedade, o que, por sua vez, reafirma uma participação ativa e consciente dos indivíduos imersos nela. É essencial, em vista disso, que a história pública seja conduzida com seriedade, discernimento e sensibilidade, a fim de estimular uma consciência histórica ponderada e abrangente.

3. Ensinar a aprender, Aprender a viver: Vida prática e História pública

Muitos historiadores têm escrito sobre o potencial de aprendizagem que a história pode carregar, caso seja instrumentalizada e, permita, não apenas aprender com, mas aprender da história. Esta é uma postura intrigante quanto a sua força de condicionamento do que pode ser dito do passado e/ou sobre o passado. Estevão Martins disse algo, a partir de Santo Agostinho, que nos chamou atenção, vejamos: “nós somos os tempos. Viver o tempo, interiorizá-lo pela reflexão, transformá-lo de história vivida em história pensada é próprio a nós, à racionalidade de nosso pensar e de nosso fazer” (Martins, 2011, p.7).

De imediato esta citação não parece dizer algo sobre o processo de ensino aprendizagem, ou ainda, sobre a maneira mesma de pensar com/da história. Alguns indícios, no entanto, nos permitem fazer a seguinte aposta: o processo de interiorização atrelada à capacidade de articulação entre racionalidade e vida exige que, antes de mais nada, estejamos abertos a aprender a maneira pertinente de transladar a história vivida em história pensada. Com isso em mente, podemos questionar, conforme Durval Muniz de Albuquerque (2016), qual dieta temporal temos oferecido aos nossos alunos; que diferentes formas de compreensão do tempo podemos dispor para que eles tenham um cardápio variado em sua relação de alteridade com o passado.

Em decorrência, ainda, desta aposta, as discussões de Jörn Rüsen sobre a Didática da história, podem ser um lugar privilegiado para discutirmos as muitas possibilidades desse processo de “transposição” entre vida e pensamento. Ela, a didática da história, não tem uma

definição específica no “sistema filosófico” de Rüsen, mas nos permite algumas especulações. É certo, no entanto, que ele privilegia, à sua definição, um modo de atuação, um modo de autodeterminação imerso no contexto social em que se opera o agente racional humano, i.e., decorre de uma prática social, de uma relação entre aquilo que é o mundo em movimento e aquilo que é a ação humana no mundo da vida.

Uma de suas considerações dispõe de apontar uma dimensão de orientação para a vida prática. Em vista disso, temos que deixar claro sua preocupação quanto a didática da história; é nela que a práxis ganha uma “aparência” de técnica ou habilidade, mas que se desdobra, também, em um tensionamento com a vida material. Esse tensionamento é a possibilidade de no enfrentamento do hiato entre fenômeno e linguagem encontrarmos uma organicidade entre vida prática e a ciência histórica. Para ele, aclarado pela capacidade de organização das identidades que a narrativa dispõe. Uma provocação que para Reinhart Koselleck poderia ser replicada pela condição *a posteriore* do sentido histórico. Segundo ele, em *O sentido e não sentido da história* (2022), o fenômeno não poderia ser ele mesmo o produtor de sua própria orientação; não poderia ser ele aquele que estabelece o matrimônio com a linguagem, mas a imaginação histórica, se quiser, a ficção do fático - conceito que ele elabora em *Ficção e realidade histórica* (2022 [1976]). É possível que não haja dissidência nas duas considerações. Afinal, a narrativa tem um papel fundamental em ambos argumentos, no entanto, é Koselleck que destaca a potência da imaginação histórica para elaboração narrativa dos fenômenos.

Se em Rusen a subjetividade dos indivíduos tem uma relevância fundamental no processo de aprendizagem, sendo essencial para reflexões didáticas na consolidação da consciência histórica e seu papel na vida prática, a imaginação histórica aparece como constitutiva dessa relação, embora ele não a considere imediatamente. Tal qual os sentimentos, a imaginação não é relegada a sua dimensão cognitiva. Ele compreende sua importância, mas no processo de orientação para vida prática humana, elas ainda estão no campo da irracionalidade ou do não cognitivo.

A didática da história é uma ciência da consciência histórica que se diferencia da didática como atributo prático do exercício da docência. A prática em Rusen, não está estritamente ligada ao fazer em operação ativa, mas a ação como condição de elaboração distintiva que aproxima o mundo da vida (*Lebenswelt*) e o mundo vivido, em outras palavras entre o que é compartilhado e o que é experimentado. Em síntese, a consciência histórica deve

organizar os processos de ensino e aprendizagem colocando em jogo a subjetividade de alunos e professores, amparados em modos de individualização e socialização, que permitam a autocompreensão histórica em uma sinergia entre afetação e afecção.

A vida prática e a prática docente se confundem em uma “mescla própria da consciência temporal e moral” (Rüsen, 2012, p.102). Essa afirmação nos faz voltar a outra reflexão de Estevão Martins quando disse que “o presente em que está o historiador é sempre o passado do presente do amanhã, fugazmente percebido como futuro” (Martins, 2011, p.8). Esta constatação incorpora nela mesma a possibilidade de atribuímos à vida atravessamentos deontológicos que não sustentam a pressão das experiências subjetivas, mas que sem elas não é possível produzir orientação e interpretação. Dito de outra maneira, a vida em movimento não separa, não particiona as nossas máscaras civilizatórias (Starobinski, 2001), mas congratula as representações do eu que intercambiam essas máscaras cotidianamente (Goffman, 1959), por esse motivo, a vida prática, nesta acepção, produz junto a consciência histórica, “processos de orientação elementares da vida humana prática” (Rüsen, 2012, p.73). Nas palavras de Luis Fernando Cerri, “o ensino escolar da história deve ser colocado em sua dimensão real, ou seja, mergulhado na vida da sociedade que a produz” (Cerri apud Wanderley, 2016, p.213).

O que foi dito até aqui nos remete, sem sombra de dúvidas, a história pública como um lugar privilegiado de escrever e reescrever a vida em movimento, não mais como condição última de dizer sobre a história apenas o que dela pode se extrair em documentos empoeirados, mas também, da própria vivência dos indivíduos que a coloca em funcionamento. A história como um mecanismo de orientação, apreensão e exposição da vida em movimento restabelece a maneira mesma de dizermos que “na lógica de carência de explicação das situações existenciais concretas” (Martins, 2011, p.8) é possível explorar a falta de sentido inerente à vida e a busca por significância em um mundo aparentemente indiferente.

Rodrigo Almeida de Oliveira (2018) convida aos interessados na história pública a compreendê-la como aliada fundamental para o ensino de história, sobretudo, por incluir em sua feitura, modos diversos, inclusivos e acessíveis de compreensão do passado, seja ele histórico ou prático. De modo consequente, a professora Sônia Wanderley acentua que precisamos nos questionar sobre “de que forma o ensino escolar dialoga com esses outros espaços produtores/divulgadores de conhecimento histórico, em especial com os espaços midiáticos” (Wanderley, 2016, p.209). A popularização e a divulgação da história a partir de diferentes

mídias e formatos poderia impactar positivamente a percepção e a compreensão sobre o passado pelo público, em especial, as crianças e adolescentes que procuram a todo momento um sentido prático para as humanidades. Em decorrência desta articulação

os espaços produtores/divulgadores de conhecimento histórico: a academia, a escola, o museu, o teatro, a propaganda e, também, as mídias - sejam as clássicas, jornal, cinema, televisão, ou as novíssimas, como as relacionadas à informática, em especial à web. Todos são vistos como espaços de produção e uso público da história (Wanderley, 2016, p.208).

O entrelaçamento entre vida prática e conhecimento histórico parece ser central para que a história pública consiga de alguma maneira se estabelecer para além de uma abordagem pública, uma autorreflexão necessária e intrínseca à escrita da história. Isto denota um certo grau de acerto quanto a diversificação dos suportes e instrumentos de divulgação, bem como, das estruturas narrativas escolhidas para exposição deste outro modo de dizer e sentir a história. Não mais como modelo único formal, planejado e planificado de sua produção, mas agora, caracterizado por sua pluralidade de discurso, de linguagem e manifestação.

Considerações finais

Toda tentativa de fechar um ensaio crítico é falha, pois não se trata de fazer apenas um resumo do que foi discutido ou reapresentar os argumentos nele desenvolvidos. Temos o desafio de retomar alguns pontos centrais e continuar nosso exercício reflexivo. De um lado é cansativo, de outro é estimulante, pois nos permite rever o percurso que escolhemos para tentar dar efeito de conclusão aquilo que não é possível concluir, se não, pela vontade de abertura e descontinuidade. Dessa forma procuramos apurar nossa vontade de dizer mais, escrevendo menos, afirmando pela negação e radicalizado a maneira, possível, de uma unidade coerente de propósito.

O leitor encontrará alguma convicção daquilo que pode ser uma “segunda onda” da história pública, evidentemente se tomarmos a história da história pública como escrita pelo historiador e jornalista Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) em que afirma que sua primeira manifestação se daria com o que ficou conhecido como Movimento *Workshop*, para algum tempo depois receber seu nome de batismo atual pelo professor Richard Kelly em 1975.

Houve sim, e acreditamos que ainda há, uma crise de empregabilidade para profissionais da história. Como apontamos, a respeitabilidade, os postos de trabalho e ainda, a maneira como a sociedade entende a atuação destes profissionais ainda é limitada, parca e frágil. Se ocupando cadeiras na educação básica, é chamado de doutrinador, se estiver nos bancos da academia, é um desocupado quase aproveitador do Estado. Há bem pouco tempo a universidade pública, os centros de pesquisa e conhecimento foram caracterizados como locais de “balbúrdia”, isto pelo próprio presidente em exercício na época e seus filhos partidários de uma política de destruição dos bens e serviços públicos.

Este cenário bem pouco agradável aos intelectuais progressistas, professores e acadêmicos nos mostra, talvez não diretamente, mas com grande probabilidade de acerto, que aquela vontade de ampliação dos espaços de atuação deste profissional, pelo menos em nosso território, pouco ou nenhum efeito produziu. Levando em conta que a regulamentação da profissão de historiador - Lei 14.038/20 - foi recente e palco de disputas políticas e públicas, os resultados esperados em decorrência dela, foram bem baixos. Ainda não temos dados concretos quanto a sua força para convencer o mercado que nós historiadores somos, embora, não os únicos, um grupo de profissionais necessários à escrita da história.

Neste sentido, a história pública abre os olhos destes profissionais que durante tanto tempo se limitaram a ser professores e/ou intelectuais para ampliação dos seus horizontes de exercício. Muitos destes espaços foram ocupados por outros profissionais de outras especialidades, de outros campos do conhecimento, que estavam sobretudo atentos às mudanças sociais, políticas e tecnológicas que a globalização vinha produzindo. Não é, no entanto, estranho que ao se aproximar, agora, destas outras possibilidades, seja exigida destes uma outra roupagem para atender a “suposta demanda” ou o desejo em consumir a história.

No bojo dessas discussões podemos afiançar que a relação que a história pública estabeleceu, sobretudo, por sua ampliação do modo de ver, escrever e sentir, e.g. com a história digital possibilitou a emergência de uma variação interessante de sua própria manifestação, digo: a história pública digital; que nos leva a pensar na vocação para pluralidade que a história pública carrega.

A história pública digital não deve ser entendida puramente como uma modificação nas relações sociais, é preciso ficar atento às consequências que dela advém para a história como disciplina (Prado, 2021, p.4). Ao que parece a história pública digital é o uso cientificamente

responsável dos recursos tecnológicos, isto é, a mobilização desses instrumentos para investigação, produção e disseminação do conhecimento histórico. Isso inclui o uso de plataformas online, de tecnologias de interatividade, de ferramentas de colaboração, bem como, digitalização e arquivamento de documentos históricos, fotografias, artefatos etc.

Evidentemente que as questões relacionadas ao uso, criação e preservação dos documentos históricos, sejam aqueles digitalizados ou nascidos digitais, não são suficientes para definir um campo. É preciso refletir sobre as mudanças significativas, seus impactos e implicações epistemológicas e metodológicas para o campo da história e sua pesquisa (Prado, 2021, p.7).

Os principais debates sobre e, entorno, da história digital nos leva a discutir a sua acessibilidade e inclusão, a privacidade e ética no tratamento destas fontes, a sua autenticidade e confiabilidade que envolve uma luta radical contra a desinformação e as fake news, a participação e o engajamento do público nas plataformas digitais, não mais ou apenas como consumidores dos conteúdos, mas também seus produtores, isto aponta para importância das redes sociais em uma forte capacidade de ampliação das vozes de grupos subalternizados e estigmatizados.

Esta discussão desemboca na intrigante manifestação da autoridade compartilhada que discutimos neste ensaio. Um exemplo prático desta autoridade compartilhada seria a wikipédia. Ela é um espaço em que podemos destacar o envolvimento do público no processo criativo dos verbetes, embora esteja sublinhado por uma estrutura de controle de qualidade e garantia de confiabilidade que a nós cientista é fundamental. Na wikipédia é possível ver na prática a “intersecção entre a história pública e a história digital” (Varella; Bonaldo, 2020, p.149).

Nas redes sociais, sobretudo, aquelas em que o audiovisual é mais intenso e longo, no caso do Youtube, podemos estabelecer uma relação muito rica entre a platamorfização dos meios de disseminação de informação, entretenimento e conhecimento histórico, que aliás tem ganhado cada vez mais o gosto dos alunos da educação básica.

Nele é possível compartilhar com o grande público, uma audiência global, vídeos criados exclusivamente, com uma linguagem que atenda aos interesses deste público. Seus recursos e ferramentas como comentários, transmissões ao vivo, promovem a democratização do conhecimento histórico através da autoridade compartilhada e o incentivo da participação ativa do público em discussões que antes seriam restritas a especialistas.

No entanto, o Youtube não pode ser visto como a panaceia quanto ao acesso ao conhecimento histórico, ele apresenta desafios quanto a veracidade e proliferação de desinformação e notícias falsas. A proposta de Odir Fontoura quando disse: “Parece plausível inferir que, em vez de o YouTube ser levado à sala de aula (...), um movimento contrário talvez seja potencialmente frutífero: a ocupação do YouTube pelas instituições, pela academia, em suma, pelos historiadores profissionais” (Fontoura, 2019, p.58) deve ser vista como uma provocação a nós historiadores/professores que temos alguma resistência a ocupar estes espaços.

Carlos Benitez Trinidad e Paulo César Gomes, nos mostraram esta importância quando de um dos momentos mais sombrios do mundo contemporâneo no século XXI, a pandemia do COVID-19, a ação de responsabilidade historiadora chamada História em Quarentena foi muito significativa para este debate. Segundo eles, “O História em Quarentena pretendia ocupar aquele tempo ‘livre’ com discussões que ajudassem as pessoas a refletirem sobre a difícil realidade da pandemia com todos os elementos epistemológicos e reflexivos possíveis” (Trinidad; Gomes, 2021, p.7).

Ao fim e ao cabo, a vocação para pluralidade e suas contribuições para os usos da cultura histórica no ensino de história contribuem para ajudar os indivíduos a navegarem pelo presente, pelo passado e para uma disposição de ânimo para o futuro. A história pública, portanto, endossa, revigora e reescreve as histórias públicas, colaborando no desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, socialmente responsável e, sobretudo, oferece a oportunidade de aprender história a partir de narrativas plurais, de vozes outras e perspectivas nômades.

Referências Bibliográfica

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras, 2019.
- ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à história pública*. Letra e Voz, 2011.
- ALBUQUERQUE JR, D.M. de. Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS M.B. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BARCA, I., MARTINS, E. R., SCHMIDT, M. A. (orgs). *Jorn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo*. Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 35-53, Ano 03. set. 2016.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História? In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil – sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FONTOURA, Odir. *Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso a partir do Youtube*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 45-63, jan.-abr. 2020.

GOMES, Paulo Cesar; TRINIDAD, Carlos Benitez. *História em Quarentena: propostas para uma história pública em tempos de pandemia*. Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 47, n. 2, 2021.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. São Paulo: Petrópolis. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. Ficção e realidade histórica. KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. Editora Unesp, 2022.

KOSELLECK, Reinhart. O sentido e o não sentido da história. In: KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. Editora Unesp, 2022.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública. Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. *Introdução à história pública*. Letra e Voz, 2011.

MARTINS, Estevão C. de. Prefácio - História: filha e mestra do tempo. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes (org). *Aprender com a história? o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. Introdução. In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PRADO, Giliard da Silva. *Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: WA editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2016.

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2015.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. *Servir bem para servir sempre? Técnica, mercado e o ensino de história pública*. Revista História Hoje, v. 8, n. 15, p. 135-157, 2019.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 37-46.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. *Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 40, n. 85, p. 147-170, 2020.

WANDERLEY, Sônia. Narrativas contemporâneas de História e Didática da história escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Sobre o autor:

Edson Silva de Lima: Pós-doutorando na UERJ/FFP. Doutor em história pelo programa de pós graduação em história - UNIRIO (2022) na linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações e mestre pelo mesmo Programa de pós graduação em História (2017) na linha de pesquisa Ensino, Patrimônio e Historiografia. Possui graduação em história nas habilitações Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015). Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades -

LAPETHI/UFRRJ. Membro do grupo de pesquisa Mito e Modernidade - MIMO/UFMG. Coordenador do Grupo de Trabalho interinstitucional História Linguagens.

Artigo recebido para publicação em: 29 de julho de 2024.

Artigo aprovado para publicação em: 23 de agosto de 2024.

Como citar:

LIMA, Edson Silva de. Todas narrativas contadas sobre nós, devem ser recontadas? História Pública e Ensino de História. *Revista Transversos*. Dossiê: Memória, Histórias de Vida e Ensino de História. Rio de Janeiro, nº. 31, 2024. pp. 162-181. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/80986>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2024.88543

